

COM DESTINO À CAPITAL

O Benzoato que ele vende é líquido, diferente do que foi apreendido no caminhão na BR-290, em Eldorado, que era granulado. Antes de a reportagem sair da loja, o homem deixou claro o conhecimento da ilegalidade em oferecer o químico:

– Esse é proibido no Brasil, aqui no Uruguai é legal. Mas o pessoal leva bastante.

PRODUTO VENCIDO E COM CONCENTRAÇÃO ELEVADA

Ainda em Rivera, na Avenida Sarandi – principal da cidade –, recheada de free shops, lojas de perfumes e eletrônicos, outra agropecuária oferece agrotóxicos não permitidos para brasileiros. Apenas um jovem atendia na loja. A reportagem pediu pelo agroquímico conhecido como *Gaúcho*, nome comercial do Imidacloprido no Uruguai. O produto não é autorizado para a cultura do morango no Estado, o que não impede que agricultores o utilizem de forma irregular. Em amostras da fruta colhidas na Ceasa e testadas em laboratório, a pedido do GDI, havia morangos contaminados com o produto. A resposta do vendedor surpreende e mostra que tipo de alimento pode estar chegando aos pratos dos gaúchos:

– O produto tá vencido, mas não tem problema, mandamos analisar em Montevidéu, ainda está ativo, sem problemas.

A embalagem comprovava o vencimento desde junho, com concentração maior do que o similar vendido regularmente.

– Aqui é 70%. Lá (Brasil) é menos que a metade. Esse nosso é bem mais forte – destacou o vendedor.

Ao fim da conversa, ele também ofereceu Herbex, um herbicida de fabricação chinesa, sem registro no Brasil:

– Esse é o que mais tem saída aqui entre os brasileiros.



EM ARTIGAS, COMERCIANTES DÃO ORIENTAÇÕES PARA O TRANSPORTE CLANDESTINO ATÉ QUARAÍ



À beira do Rio Quaraí, carroceiros oferecem serviço para levar agrotóxicos contrabandeados até a margem no RS



FOTOS: REPRODUÇÕES

Além de Rivera, outra porta de entrada para agrotóxicos contrabandeados no Rio Grande do Sul pelo Uruguai é a cidade de Artigas, na fronteira com Quaraí. Na primeira loja visitada pela reportagem, que leva o nome da cidade, pedimos o agrotóxico *Gaúcho* (Imidacloprido). O vendedor disse ter o produto, mas, ao notar a nacionalidade do repórter, alerta:

– Se te pegam com isso, dá multa e até condução (prisão).

Assim como na maioria das lojas paraguaias, o atendente da Agropecuária Artigas informou que a loja não faz o transporte da mercadoria para o Brasil. Informou que o carregamento deve ser providenciado pelo comprador, mas minimizou os riscos de abordagem em fiscalização na ponte internacional entre Artigas e Quaraí:

– Normalmente, não tem problema de passar nada.

TRAVESSIA EM CANOAS PELO RIO QUARAÍ

Na Agropecuária Nuevo Campo, também em Artigas, havia disponível *Gaúcho* (Imidacloprido) e Paracap, nome comercial do princípio ativo Paratona Metilica, proibido no Brasil em setembro. Nesse caso, o vendedor disse que a loja poderia indicar um atravessador para a carga.

– É só chamar, é gente de confiança. Mas pouquinho passa até de táxi. Se for carga maior, se consegue entre-

gar em qualquer cidade do lado brasileiro, tem que avisar antes e os entregadores cobram por peso.

Quanto?

– De R\$ 10 a R\$ 12 o quilo – detalhou o atendente.

Encontrar quem leve produtos proibidos para o Brasil não é problema nas ruas de Artigas. Carroceiros, que moram às margens do Rio Quaraí, fazem a travessia. Em 21 de outubro, o leito do rio estava cheio e poderia inviabilizar a rota. Ainda assim, os atravessadores encontram uma saída:

– Passar qualquer coisa hoje para lá (Brasil) só com bote (canoas de madeira) – avisa um dos carroceiros.

Em um bar, no mesmo vilarejo às margens do Quaraí, outro homem se oferece para fazer travessias de contrabando. Em razão de o rio estar cheio, ele também ofereceu a alternativa do bote, e explicou que a empreitada chama menos atenção se ocorrer durante o dia.

Mesmo distante da margem do rio é possível achar quem transporte contrabando. Nas ruas dos free shops, um jovem, que guardava carros, oferecia o mesmo serviço dos carroceiros ao ver compradores saírem das lojas com sacolas. Assegurou que se passa de tudo de carroça e também em barquinhos. Basta pagar entre R\$ 10 e R\$ 20 por sacola, nem querem saber o que tem dentro.

– Passa de tudo nessa “picada”, tudo gente de confiança.

Até agrotóxicos?

– Mas, claro, aqui está mais barato.



REPRODUÇÕES

CONTRAPONTO

O QUE DIZ A TRADIÇÃO CAMPEIRA

Questionado sobre vender livremente o Malatol 500, inseticida de comercialização restrita, o gerente da agropecuária, Paulo Rambo, disse que não sabia: – Obrigado por me alertar. Agora só vou vender para empresa, PJ específico.

O QUE DIZ A AGROFER

Avisados sobre a proibição de venda livre do Malatol 500, os funcionários da agropecuária disseram que vão recolher o produto.

O QUE DIZ A AGROMISSIONEIRA

O gerente da agropecuária, Geraldo Vaz, argumentou que não sabia da restrição e demonstrou surpresa ao ser informado pela reportagem sobre a proibição de venda livre do Malatol 500.



Vídeo das negociações nas agropecuárias de Viamão em zhora.co/agroviamao